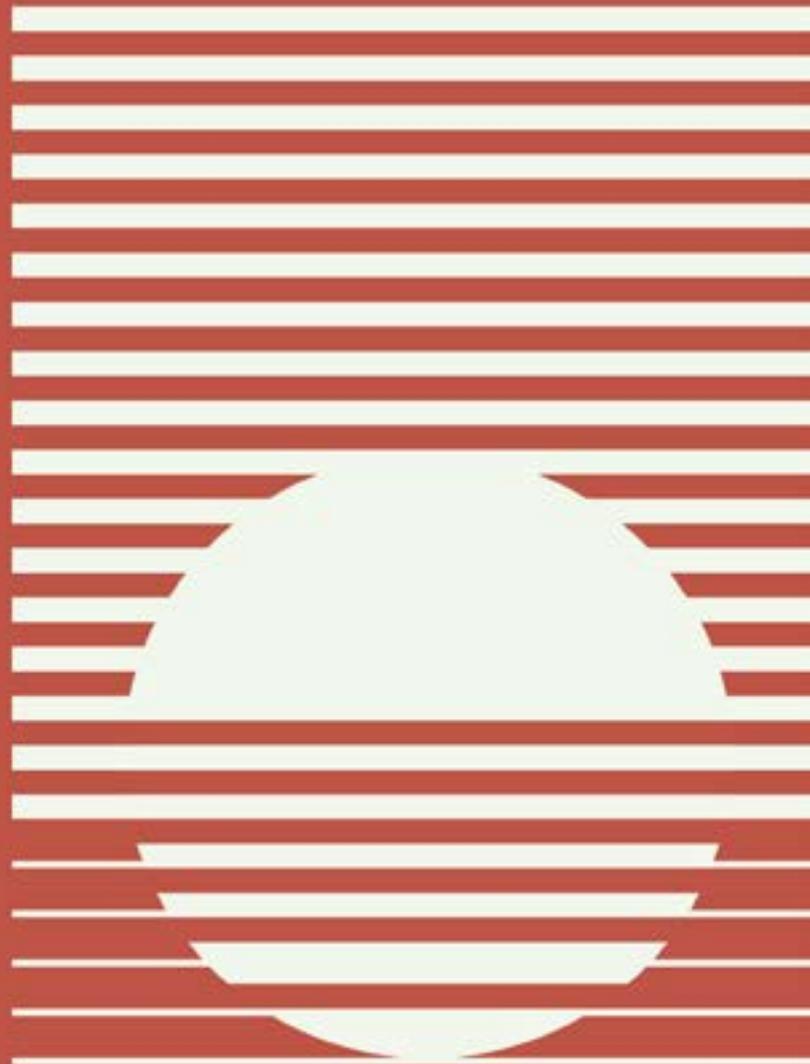


ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



01-02
2021



CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

Corpo Editorial

Editora Executiva: Bruna Soares de Aguiar

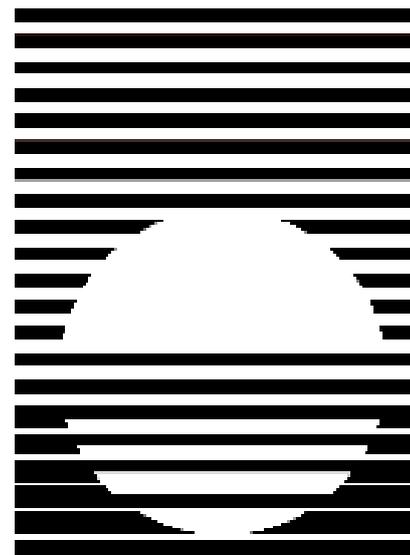
Conselho Editorial: Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Leticia Pinheiro, Maria del Carmen Villarreal Villamar, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Rubens de S. Duarte.

Editoria de Redação: Alice Vieira Lima Cavalcante, Amanda Pereira Pinto, Amanda Silvestre, André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Beatriz Bandeira de Mello Souza e Silva, Bruna Soares de Aguiar, Caio Samuel Milagres Soares, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Gabriel Fragoso, Ghaio Nicodemos Barbosa, Giovana Esther Zucatto, Henrique Rabello de Carvalho, Hugo Bras Martins da Costa, Juliana Pinto Lemos da Silva, Kayo Moura da Silva, Leandro Wolpert dos Santos, Leilane Nascimento dos Reis Santos, Luã Braga de Oliveira, Lucca Fantuzzi Soares, Márcia Miranda Charneski, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Pablo Saturnino Braga, Renata Albuquerque Ribeiro, Roger Lucas Correa Martins, Thaís Jesinski Batista.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).
Rua da Matriz 82, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22260-100 – Brasil
Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Brasil inicia vacinação contra Covid-19 em meio à disputa doméstica e mal-estar diplomático
Governo brasileiro é acusado de estratégia institucional de propagação do coronavírus

Página 05

Em meio ao colapso sanitário no estado do Amazonas, Venezuela contribui com envio de oxigênio
Governo brasileiro emite portaria impedindo entrada de venezuelanos um dia após assinar acordo com OIM
Tensão entre imigrantes e a polícia peruana na fronteira com o Brasil

Página 06

Escândalos na vacinação contra a Covid-19 derrubam ministros da Saúde na Argentina e no Peru
México lidera iniciativa por distribuição equitativa de vacinas contra a Covid-19 e recebe apoio da Argentina

Página 07

Argentina e México articulam novo eixo progressista na região
Alberto Fernández participa do encontro virtual de aniversário do PT

Página 08

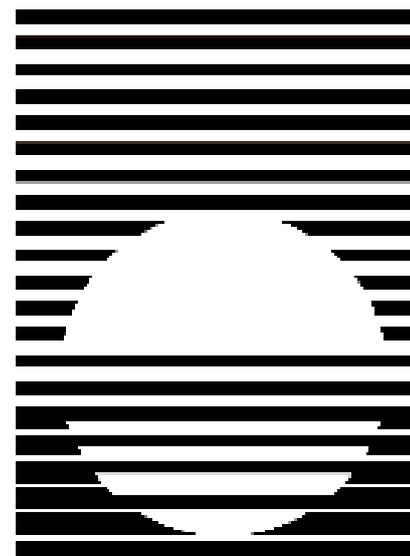
Em meio a pandemia, parlamentares pressionam governo no Uruguai e no Paraguai
Decreto de Maduro acirra tensão fronteira entre Venezuela e Guiana

Página 09

Correísmo vence primeiro turno da eleição presidencial no Equador e movimento indígena contesta resultado
Viagem de Procurador da Colômbia ao Equador gera críticas

Página 10

Demissão de funcionários da chancelaria boliviana gera tensão no país
Bolívia devolve empréstimo milionário ao FMI



Página 11

Contrariando o Executivo, Senado chileno adia a votação de adesão ao TPP-11

Chile se destaca com a quinta maior taxa de vacinação contra a Covid-19 no mundo

Medidas legislativas compõem o debate sobre direitos reprodutivos na América Latina

Página 12

Os desafios do Mercosul no acordo com a União Européia e a proposta de flexibilização

A cepa do coronavírus e seus impactos para a política externa da África do Sul

Página 13

Diplomacia de vacinas como instrumento geopolítico da Índia e da China

Missão da OMS sobre a origem do Sars-Cov-2 na China conclui seus trabalhos

Página 14

Acusações contra o governo chinês por Xinjiang gera reações
Taiwan é pivô de novas animosidades entre o governo chinês e os EUA

Página 15

China publica livro branco da cooperação internacional e amplia presença na África

Protestos contra golpe de Estado em Myanmar terminam com mortos e feridos

Página 16

Conselho de Segurança e o golpe em Myanmar

Mudanças climáticas no Conselho de Segurança da ONU

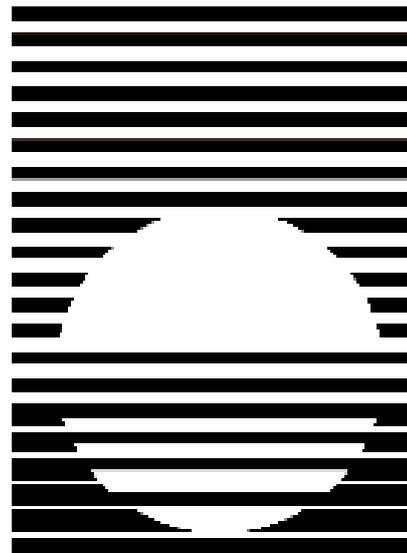
Página 17

ONU denuncia violações de direitos humanos da população LGBTI+ no Irã

Prisão estudantes LGBTI+ na Turquia gera protestos contra atitudes e falas LGBTfóbicas do governo Erdogan

Página 18

Governos implementam ações contra discriminação e violência de gênero



Brasil inicia vacinação contra Covid-19 em meio à disputa doméstica e mal-estar diplomático

Em 18 de janeiro, o governo brasileiro anunciou oficialmente o início do Plano Nacional de Vacinação (PNI) contra a Covid-19, distribuindo cerca de 4,6 milhões de vacinas CoronaVac pelo país. A cerimônia de inauguração ocorreu no dia seguinte à aprovação, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), do uso emergencial no Brasil das vacinas CoronaVac, produzida pelo Instituto Butantan em parceria com o laboratório chinês Sinovac, e AstraZeneca, desenvolvida pela Universidade de Oxford com a Fiocruz. Apesar de constarem no PNI, os imunizantes se inserem no centro de uma disputa política travada entre o presidente Jair Bolsonaro e o governador do estado de São Paulo, João Doria. Visando obter uma vitória política sobre seu adversário, o plano original do governo Bolsonaro era iniciar o programa de vacinação no país através da distribuição da AstraZeneca. Para tanto, contava com a antecipação de um lote de 2 milhões de vacinas importadas da Índia ainda na primeira metade de janeiro. Contudo, o governo indiano vetou a venda imediata do imunizante até que seu próprio programa de vacinação fosse iniciado. O atraso no envio da remessa obrigou o governo federal a requisitar ao Instituto Butantan a entrega imediata de seis milhões de doses da CoronaVac. O episódio foi considerado uma vitória política para Doria, que logrou fazer com que a primeira pessoa vacinada no país fosse uma enfermeira paulista, um dia antes da campanha nacional de vacinação ter sido oficialmente iniciada. O desgaste do governo Bolsonaro se aprofundou ainda mais diante do atraso da liberação de insumos provenientes da China para a produção da CoronaVac e AstraZeneca no Brasil. Segundo o governo brasileiro, a demora se deu em virtude de aspectos burocráticos do governo chinês, mas houve quem apontasse para questões políticas oriundas do desgaste diplomático protagonizado pelo filho do presidente, Eduardo Bolsonaro, e o chanceler Ernesto Araújo, com representantes diplomáticos chineses em 2020. Após conversações entabuladas pelos Ministros da Saúde, da Agricultura, das Comunicações e pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, além do próprio Araújo, com autori-

dades chinesas, os insumos para a CoronaVac foram liberados no dia 25 de janeiro. Um mês depois, no dia 25 de fevereiro, no que pode ter sido utilizado como eventual instrumento de barganha, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) aprovou o edital para o leilão da internet 5G no Brasil sem apresentar restrição de natureza alguma à empresa chinesa Huawei, alvo de críticas de apoiadores bolsonarista

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 15/01/2021; [UOL](#), 18/01/2021; [Folha de S. Paulo](#), 19/01/2021; [Folha de S. Paulo](#), 25/01/2021; [Estadão](#), 26/01/2021.

Governo brasileiro é acusado de estratégia institucional de propagação do coronavírus

No dia 20 de janeiro, foi divulgada uma pesquisa elaborada pela Faculdade de Saúde Pública da USP em parceria com a ONG Conectas, feita a partir do mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à covid-19 no Brasil, denunciando que o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, executou uma estratégia institucional de propagação do coronavírus. O país teve um incremento no número de óbitos nos meses de janeiro e fevereiro, na contramão da tendência global que apresenta queda devido às campanhas de vacinação e imunização nacionais e medidas restritivas de circulação que os países têm adotado. O Brasil mostrou também altos índices díspares que representam a desigualdade no acesso à saúde e tratamento adequado contra o coronavírus. No dia 26 de fevereiro, completou um ano do primeiro caso notificado de Covid-19 no Brasil, e, desde então, a crise sanitária se agrava em razão da má gestão, negacionismo e irresponsabilidade do Ministério da Saúde. Já são mais de 250 mil óbitos, e apenas 3% da população vacinada.

Fontes: [Conectas](#), 20/01/2021; [El País](#), 20/01/2021; [El País](#), 25/02/2021; [Médicos Populares](#), 26/02/2021; [Jornal do Comércio](#), 28/02/2021.

Em meio ao colapso sanitário no estado do Amazonas, Venezuela contribui com envio de oxigênio

No mês de janeiro, o estado do Amazonas entrou em colapso sanitário em decorrência do aumento de casos de Covid-19. Devido à falta de oxigênio nos hospitais da capital, Manaus, mais de 230 pacientes tiveram que ser transferidos para outros estados brasileiros. Frente a essa situação, o governo venezuelano ofereceu ajuda e no dia 14 de janeiro, o ministro de Relações Exteriores Jorge Arreaza afirmou que a Venezuela estava disposta a enviar o oxigênio necessário para atender a contingência sanitária em Manaus. O governador do Amazonas, Wilson Lima, do Partido Social Cristão (PSC), agradeceu a oferta e afirmou que, até então, apenas a Venezuela havia oferecido ajuda. A primeira remessa enviada pela Venezuela, totalizando 107 mil litros de oxigênio, chegou ao estado brasileiro no dia 19 de janeiro. Nessa crise, destaca-se a atuação do Fórum das Centrais Sindicais, entidade que reúne a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Força Sindical, a Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) e outras organizações de trabalhadores. O Fórum negociou um acordo com o governo venezuelano para o envio semanal de 80 mil litros de oxigênio a Manaus. O Ministério das Relações Exteriores do Brasil não se manifestou. Na Venezuela, a ação foi criticada por membros da oposição, que denunciam as condições precárias do país no enfrentamento da pandemia. O oxigênio enviado a Manaus é proveniente da Siderúrgica del Orinoco (Sidor), localizada na cidade de Puerto Ordaz. A siderúrgica foi a principal processadora de alumínio e aço do país, mas atualmente está com suas atividades paralisadas.

Fontes: [IG](#), 15/01/2021; [Nexo Jornal](#), 15/01/2021; [UOL](#), 15/01/2021; [Folha de S. Paulo](#), 15/01/2021; [El País](#), 17/01/2021; [G1](#), 19/01/2021; [Folha de S. Paulo](#), 20/01/2021.

Governo brasileiro emite portaria impedindo entrada de venezuelanos um dia após assinar acordo com OIM

No dia 26 de janeiro, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Ministério para a Cidadania do Brasil firmaram um acordo de cooperação técnica para ampliar a Operação Acolhida, resposta humanitária do governo federal para o fluxo migratório de venezuelanos. No entanto, no dia 25 de janeiro, havia entrado em vigor a Portaria 652, determinando

que estrangeiros de todas as nacionalidades estariam proibidos de entrar no Brasil por terra, e estabelecendo várias exceções que não incluem os venezuelanos. Por conta deste ato normativo, o governo brasileiro vem impedindo a entrada de pessoas provenientes da Venezuela, afirmando que a restrição é embasada em recomendação técnica da Anvisa. A Ong Conectas oficiou o Ministério da Justiça sobre a discriminação que vem ocorrendo, juntamente com um parecer técnico da USP, esclarecendo que não há base sanitária para barrar pessoas oriundas de um país. Em nota, a Anvisa informou que nunca orientou a proibição da entrada de venezuelanos por conta da pandemia, inclusive, nas notas técnicas emitidas não existe qualquer recomendação que promova segregação de nacionais de país fronteiriço. Segundo Camila Asano, diretora da Conectas, o governo brasileiro vem utilizando a pandemia como desculpa para conter a entrada de venezuelanos no Brasil. Tal afirmação se confirma com a permissão de entrada de turistas pela via aérea e com a entrada por terra sendo autorizada apenas pela fronteira com o Paraguai, o que exclui as pessoas em situação mais vulnerável. Famílias inteiras acudadas pela fome chegam em Roraima em condições precárias, inclusive de saúde, mas vêm sendo impedidas de solicitar refúgio no Brasil, além de permanecerem impossibilitadas de solicitar documentos para residir ou trabalhar, pois a portaria determina que qualquer imigrante que adentrar o país de forma irregular fica inabilitado para solicitar refúgio. Os venezuelanos que se dirigem à Polícia Federal para realizar a regularização documental recebem um aviso de que devem sair do país em 60 dias, sob pena de deportação e pagamento de multa. A Defensoria Pública da União argumentou com o Ministério, porém não obteve êxito. As Organizações da sociedade civil, Conectas e a Missão Paz, protocolaram uma representação ao Ministério Público Federal questionando a discriminação que vem ocorrendo.

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 25/02/2021; [Conectas](#), 26/02/2021; [O Globo](#), 27/02/2021; [Nações Unidas](#), 28/01/2021.

Tensão entre imigrantes e a polícia peruana na fronteira com o Brasil

A ponte que liga o Brasil ao Peru foi palco de conflitos no mês de fevereiro. No dia 16, por volta de 400 imigrantes tentaram atravessar a fronteira entre os

municípios de Assis Brasil, no Acre, e de Iñapari, na província peruana de Tahuamanu, e foram confrontados de maneira truculenta pela polícia peruana, que usou bombas de gás lacrimogênio e cassetetes para impedir a entrada do grupo. Esses imigrantes são, em sua maioria, haitianos e africanos que sofrem os efeitos das crises de saúde pública, ambiental e econômica pelas quais passa o estado do Acre, deflagradas pela combinação da pandemia da Covid-19, com o surto de dengue e as inundações provocadas pelas cheias dos rios. Muitos deles alegam que o Peru não seria o destino final de suas viagens, pois desejavam, na verdade, residir em outros países, como Equador, Canadá, Estados Unidos, ou até mesmo retornar para os seus países de origem. Contudo, desde o final de janeiro, está proibida a entrada em território peruano de pessoas oriundas do Brasil, da África do Sul e do Reino Unido, países nos quais detectou-se a existência de novas variantes do coronavírus, que possuem alta taxa de transmissibilidade. Com a ocupação da ponte, formou-se uma fila de caminhões transportando alimentos e combustíveis, que ficaram impedidos de atravessar a fronteira. A prefeitura de Assis Brasil decretou estado de calamidade pública, e o governo de Jair Bolsonaro enviou representantes dos Ministérios do Desenvolvimento Regional e da Cidadania para o local, mas sem apresentar uma solução definitiva para o problema. Com o passar dos dias, o número de imigrantes naquela área foi diminuindo, já que, diante da impossibilidade de migrarem para o país vizinho, muitos resolveram retornar para as cidades brasileiras de onde haviam saído.

Fontes: [Gestión](#), 17/02/2021; [La República](#), 19/02/2021; [Opera Mundi](#), 19/02/2021; [El País](#), 20/02/2021; [AC24HORAS](#), 23/02/2021.

Escândalos na vacinação contra a Covid-19 derrubam ministros da Saúde na Argentina e no Peru

Na Argentina, a campanha de vacinação contra a Covid-19 foi marcada, no mês de fevereiro, pelo escândalo da “vacinação VIP”, que causou protestos em diversas cidades da Argentina, encabeçados pelo ex-presidente Mauricio Macri, para desacreditar os esforços do governo no combate à pandemia. O estopim foi no dia 19, quando o jornalista argentino

Horacio Verbitsky declarou, em uma rádio local, que havia sido vacinado graças a sua proximidade com o ministro da Saúde do país, Ginés González García. Rapidamente, o caso ganhou notoriedade, e González García veio a público renunciar ao cargo, a pedido do presidente Alberto Fernández. A nova ministra, Carla Vizzoti, divulgou uma lista de 70 pessoas que foram vacinadas nas dependências de um hospital público gerido pelo Ministério da Saúde – entre elas, diversas figuras públicas e integrantes do gabinete do presidente Alberto Fernández, estas últimas sob a justificativa de preservar a saúde do mandatário. O próprio Fernández constava na lista, mas sua vacinação não era segredo, uma vez que a fez publicamente assim que o imunizante Sputnik IV foi liberado para uso em pessoas acima dos 60 anos. Simultaneamente, no Peru, foi revelado que 487 pessoas furaram a fila da vacinação, dentre elas o ex-presidente Martín Vizcarra e as ex-ministras das Relações Exteriores, Elizabeth Astete, e da Saúde, Pilar Mazetti. O escândalo veio à tona no dia 11 de fevereiro e foi cunhado pela imprensa como “Vacunagate”. Vizcarra alegou que fora convidado para participar como voluntário de um ensaio clínico da vacina Sinopharm em outubro de 2020, o que não convenceu os congressistas opositores, que se articulam para submetê-lo a um processo de impeachment. Se aprovado, Vizcarra estaria impossibilitado de ocupar cargos públicos por até 10 anos, o que colocaria em xeque a sua candidatura a um assento no Congresso nas eleições de abril. Diante das pressões, as ministras das Relações Exteriores e da Saúde renunciaram. Ao todo, mais de vinte ministros da Saúde já perderam seus cargos na América Latina desde o início da pandemia, sendo quatro deles no Peru.

Fontes: [El Comercio](#), 16/2/2021; [Nexo](#), 16/02/2021; [Buenos Aires Times](#), 19/02/2021; [O Globo](#), 28/02/2021; [Nodal](#), 03/03/2021.

México lidera iniciativa por distribuição equitativa de vacinas contra a Covid-19 e recebe apoio da Argentina

No dia 15 de fevereiro, o presidente mexicano, López Obrador, pediu que as Nações Unidas (ONU) interviessem no que ele chamou de “acumulação de vacinas por parte de países ricos”. Após um mês sem abastecimento da Pfizer no México, o mandatário sublinhou a necessidade de revisão das regras de distribuição das vacinas, uma vez que, de acordo com AMLO, 80% das vacinas do mundo

estão concentradas em países produtores. Na semana anterior, o México já havia abordado o tema no Conselho de Segurança da ONU, argumentando que a segurança de toda a humanidade depende do acesso à vacina. O governo mexicano também já havia liderado a iniciativa na ONU, em abril de 2020, para que o acesso a medicamentos, vacinas, equipamentos e suprimentos médicos contra a Covid-19 fosse equitativo. Na ocasião, a Resolução teve apoio de 164 países na Assembleia Geral da ONU, ainda que com a abstenção dos EUA. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), até fevereiro de 2021, três quartos das vacinas existentes haviam sido aplicadas apenas em 10 países, que, juntos, correspondem a mais de 60% do PIB mundial. O governo argentino se uniu a AMLO nesta campanha internacional. Em visita ao México, na semana do dia 16 de fevereiro, Alberto Fernández informou que impulsiona o acesso equitativo às vacinas junto à França no G-20. Segundo o presidente argentino, a vacina precisa ser declarada bem público global, de modo que os direitos intelectuais sejam cedidos e todos os países possam produzi-las livremente. Enquanto isso, no plano doméstico argentino, no dia 20 de fevereiro o então ministro da Saúde pediu demissão por ter sido descoberto o esquema de distribuição de vacinas para seus familiares e para políticos do país. No dia 27 de fevereiro, houve manifestações de repúdio da população ao que chamaram de “vacinação vip”, contudo, no dia 1º de março, em seu discurso oficial, Fernández minimizou a situação, declarando ter sido um erro que seria corrigido, o que gerou novos protestos em várias cidades, incluindo a capital Buenos Aires. No dia 24 de fevereiro, a diretora da Organização Pan-americana de Saúde, Carissa Etienne, ressaltou que a região precisa de vacinas o mais rápido possível. Segundo a organização, a distribuição inicial cobriu apenas de 2 a 2,5% da população das Américas.

Fontes: [Swissinfo](#), 15/02/2021; [El País](#), 16/02/2021; [Tribuna](#), 23/02/2021; [ONU Notícias](#), 24/02/2021; [G1](#), 02/03/2021.

Argentina e México articulam novo eixo progressista na região

Entre os dias 22 e 24 de fevereiro, o presidente argentino, Alberto Fernández, esteve no México para uma visita oficial. O objetivo principal da viagem foi além da cooperação no enfrentamento

à pandemia: os esforços de Fernández e Andrés Manuel López Obrador, presidente mexicano, são no sentido de construir um eixo geopolítico progressista na América Latina, ocupando o vazio de poder deixado pelo Brasil pós-2016 e, principalmente, a partir de 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro. Essa articulação, vale lembrar, teve início antes mesmo de o presidente argentino tomar posse no final de 2019. Quando Evo Morales teve de abandonar a Bolívia após o golpe civil-militar em novembro daquele ano, foi Fernández quem articulou a ida do então presidente boliviano para o exílio no México. Esse eixo progressista, articulado por Fernández e López Obrador, passa por um ponto central: terminar de romper com o passado recente e a herança dos últimos governos direitistas da região. No dia 24, os dois países anunciaram um documento conjunto que inclui acordos comerciais e estratégias para enfrentar a pandemia e reestruturar a economia regional depois da crise sanitária causada pela Covid-19. Entre esses acordos comerciais está a abertura do mercado mexicano para a carne argentina, o que significa a recuperação de um importante mercado para o setor agropecuário argentino que estava fechado desde a crise da febre aftosa em 2001.

Fontes: [El País](#), 24/02/2021; [La Nación](#), 24/02/2021; [O Globo](#), 26/02/2021.

Alberto Fernández participa do encontro virtual de aniversário do PT

O presidente da Argentina, Alberto Fernández, participou de um evento de aniversário de 41 anos do Partido dos Trabalhadores (PT) no dia 22 de fevereiro. Em vídeo, que foi exibido numa mesa de debate que contou com a participação do ex-candidato à Presidência da França, Jean-Luc Mélenchon e do criminalista Antônio Carlos de Almeida Castro, o mandatário argentino falou sobre lawfare (termo usado para se referir ao uso político da Justiça para condenar adversários) e sobre a recuperação de direitos políticos do ex-presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva. No debate, Fernández criticou a Justiça brasileira por condenar o petista. Os políticos e partidos brasileiros de direita também foram alvo de suas críticas. Apesar de não ter apontado nominalmente o atual presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, Fernández falou sobre a nomeação de Sérgio Moro como ministro da Justiça e Segurança Pública e tratou de perseguição políti-

ca ao se referir à condenação de Lula. O presidente argentino manifestou-se, em algumas ocasiões, a favor do ex-presidente brasileiro e contra a sua condenação. Ainda em campanha, enquanto candidato à Presidência da Argentina, afirmou que Lula estaria injustamente preso, o que causou mal-estar em Brasília, já que Bolsonaro é um adversário político direto do líder petista. Questionado sobre a participação no evento pela imprensa argentina, Fernández afirmou que sua atividade política não tem relação com o seu papel institucional.

Fontes: [Carta Capital](#), 10/02/2021; [O Globo](#), 19/02/2021; [Folha de S. Paulo](#), 22/02/2021; [UOL](#), 23/02/2021.

Em meio a pandemia, parlamentares pressionam governo no Uruguai e no Paraguai

ENo mês de fevereiro, diante do avanço da pandemia, o governo do Uruguai tem sido pressionado tanto pela oposição, quanto pelos partidos que integram a sua base. Parlamentares da Frente Ampla, coalizão partidária de oposição, convocaram, entre outros, os ministros de Relações Exteriores, Economia e Saúde Pública para prestarem esclarecimentos no Congresso. Em relação à política externa, houve críticas às diretrizes adotadas para a inserção uruguaia no comércio internacional. A oposição alegou que há pouca proatividade para avançar o acordo Mercosul-União Europeia. Durante a sabatina, a ministra da Economia, Azucena Arbeleche, reconheceu que a pobreza deve aumentar mais por causa da pandemia de Covid-19, e a oposição pediu para que se aumentem tanto os valores do auxílio emergencial quanto do seguro-desemprego. Partidos da coalizão de governo também pediram medidas para impulsionar a economia. Por fim, o ministro de Saúde Pública, Daniel Salinas, esclareceu questões sobre o Plano Nacional de Imunização, anunciado recentemente, e sobre as negociações para a aquisição da vacina Sputnik V. Ele informou que a documentação da vacina deve ser revisada por técnicos do Ministério para ter sua aplicação autorizada. No Paraguai, parlamentares também têm pressionado o governo. A vacinação de profissionais da linha de frente contra o coronavírus começou no dia 22 de fevereiro, quatro dias após a chegada das primeiras 4 mil doses da

vacina russa, a Sputnik V. Apesar de o governo ter firmado um acordo com a Rússia para a compra de vacinas, o ministro da Saúde, Julio Mazzoleni afirmava desconhecer a data da chegada de novas doses. Diante da situação, senadores do Partido Hagamos, de centro-direita, apresentaram uma declaração solicitando que o Ministério da Saúde seja transparente durante a campanha de vacinação, divulgando todos os nomes dos contemplados com a imunização. Entre as críticas de negociação tardia por parte do governo, baixa quantidade de doses em solo nacional e falta de informação, senadores incitaram os embaixadores paraguaios a negociarem a aquisição de vacinas no exterior. Apesar da lentidão, o país espera intensificar o processo de vacinação no segundo semestre de 2021 e imunizar por volta de 30% da população até o final do ano.

Fontes: [El Observador](#), 11/02/02/2021; [El País](#), 18/02/2021; [La Nación](#), 19/02/2021; [ABC](#), 22/02/2021; [La Nación](#), 24/02/2021; [El País](#), 24/02/2021; [El País](#), 24/02/2021.

Decreto de Maduro acirra tensão fronteiriça entre Venezuela e Guiana

No dia 7 de janeiro, o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, emitiu decreto presidencial reivindicando a soberania de seu país sobre a região marítima à oeste do rio Essequibo, historicamente disputada com a Guiana. Situada na fronteira entre os países, trata-se de uma área rica em recursos naturais, onde reservas de petróleo foram descobertas em 2015 pela empresa americana Exxon Mobil. Em 1897, um tratado internacional entre Venezuela e Reino Unido, que então controlava a região, conferiu jurisdição sobre o tema à Corte Internacional de Justiça (CIJ), que decidiu em favor da Guiana. Com o decreto, Maduro reafirma o posicionamento venezuelano de não reconhecimento da legitimidade da CIJ nessa questão. A ação foi prontamente rejeitada pelo presidente da Guiana, Irfaan Ali, que recebeu apoio imediato dos Estados Unidos e do Canadá, aos quais logo se somaram diversos países e organizações internacionais. O chanceler venezuelano Jorge Arreaza classificou como lamentáveis as declarações de Irfaan Ali. No dia 11 de janeiro, Delcy Rodríguez,

vice-presidente da Venezuela, denunciou a ocorrência de exercícios militares entre as Forças Armadas da Guiana e a Guarda Costeira dos EUA na região de Essequibo. Já no dia 20 de janeiro, a tensão se acentuou com a apreensão de dois navios pesqueiros guianenses pela marinha venezuelana. A Guiana reagiu por meio de pressão diplomática bilateral e multilateral e as tripulações foram liberadas para voltar ao país após 13 dias detidas na Venezuela. Esta, por sua vez, declarou que não toleraria incursões ilegais no que considera suas águas territoriais. Ao final de janeiro, autoridades guianenses registraram aumento substantivo de presença naval venezuelana na região do Essequibo, o que também consideraram uma violação de sua soberania. A ex-colônia inglesa vem recebendo amplo apoio da comunidade internacional.

Fontes: [Kaieteur News](#), 09/01/2021; [Demerara Waves](#), 09/01/2021; [El Nacional](#), 11/01/2021; [Efecto Cucuyo](#), 11/01/2021; [Demerara Waves](#), 25/01/2021; [El Nacional](#), 25/01/2021; [Kaieteur News](#), 29/01/2021; [Demerara Waves](#), 02/02/2021.

Correísmo vence primeiro turno da eleição presidencial no Equador e movimento indígena contesta resultado

No dia 6 de dezembro de 2020 faleceu o ex-presidente Rafael Correa e concorria pela coligação Unión por la Esperanza (UNES) com uma agenda desenvolvimentista e crítica a austeridade fiscal implantada pelo governo de Lenín Moreno em parceria com o FMI. Houve uma disputa acirrada pelo segundo lugar, que terminou em favor de Guillermo Lasso, com 19,74% dos votos, em relação a Yaku Pérez, com 19,38%. Lasso é acionista do Banco de Guayaquil, fundador do partido CREO e favorável à continuidade das políticas de Moreno. Por sua vez, Pérez é governador da província de Azuay, foi uma liderança no levante popular de outubro de 2019 contra medidas de Moreno e concorria pelo partido Pachakutik, ligado a “Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador (CONAIE), com uma plataforma marcada pela defesa das comunidades indígenas, da agro-

ecologia camponesa, da energia renovável e da restrição à exploração mineral. Pérez apontou fraude na contagem de votos e organizou uma marcha nacional de protesto ao lado de apoiadores, entre os dias 17 e 23, porém o Consejo Nacional Electoral rejeitou seu pedido de recontagem. Na eleição que ocorreu paralelamente para renovar a Assembleia Legislativa, a UNES elegeu a maior bancada, com 49 assentos (1/3 do total), seguida pelo Pachakutik, com 27 assentos.

Fontes: [El Mercurio](#), 02/02/2021; [El Mercurio](#), 21/02/2021; [El Telégrafo](#), 22/02/2021; [El Universo](#), 23/02/2021.

Viagem de Procurador da Colômbia ao Equador gera críticas

No dia 12 de fevereiro, o procurador-geral da Colômbia viajou ao Equador para entregar informação solicitada por sua homóloga equatoriana sobre suposto financiamento da guerrilha colombiana Exército de Libertação Nacional (ELN) ao candidato à presidência no Equador, Andrés Arauz, que passou para o segundo turno nas eleições do dia 7 de fevereiro. A suspeita de recursos do ELN na campanha circulou nos meios de comunicação colombianos que veicularam que informações encontradas no laptop de Uriel, comandante da guerrilha do ELN que faleceu em operação militar em dezembro de 2020, indicavam financiamento à campanha de Arauz. A viagem do procurador suscitou críticas no Equador e na Colômbia. A oposição colombiana criticou a atuação do funcionário, dizendo que os partidos de direita pretendem influenciar as eleições no Equador. Alguns senadores opositores pediram que o ministro da Defesa e a chanceler participassem de um debate de prestação de contas no congresso. O ELN, por sua vez, disse que não teve contato com Rafael Correa ou com Arauz e que os computadores estavam sendo utilizados pelo governo colombiano para intervir com mentiras nas democracias de outros países. O procurador colombiano se defendeu, argumentando que não interferiu em questões internas do Equador e que entregar a informação para as autoridades faz parte da cooperação bilateral entre as procuradorias de ambos os países. O ex-presidente equatoriano, Rafael Correa, que apoia Arauz, criticou os procuradores dos dois Estados. O Grupo de Puebla, que agrupa ex-presidentes progressistas latino-americanos, também se posicionou, rejeitando as acusações contra o candidato. Particularmente, Evo Morales disse que era uma ação intervencionista e

intimidadora contra o equatoriano. A despeito dessas críticas, a Associação Ibero-americana de Ministérios Públicos defendeu a atuação dos procuradores de ambos os países e sua autonomia perante os Poderes Legislativo e Executivo.

Fontes: [Semana](#), 12/02/2021; [El Espectador](#), 15/02/2021; [El Herald](#), 15/02/2021; [El Universo](#), 18/02/2021.

Demissão de funcionários da chancelaria boliviana gera tensão no país

Nos três primeiros meses de governo de Luis Arce na Bolívia, ao menos 150 funcionários do Ministério de Relações Exteriores (MRE) foram demitidos. Os afetados por essa medida se reuniram em um comitê e denunciaram que o processo de demissão em massa não seguiu os devidos procedimentos legais. Em carta ao presidente boliviano, o comitê pediu que ele intervenha para reverter as demissões. O vice-ministro de Relações Exteriores, Freddy Mamani, afirmou que o Ministério de Relações Exteriores está passando por uma reorganização. Já o chanceler Rogelio Mayta declarou que a carreira diplomática defendida pelos funcionários demitidos não existe na legislação atual do país. Os conflitos envolvendo o Ministério de Relações Exteriores boliviano começaram em 2020. Em setembro daquele ano, o então governo provisório de Jeanine Áñez incorporou 322 pessoas ao corpo diplomático boliviano, após reunião do Consejo Evaluador y Calificador de Méritos. Na ocasião, o ex-ministro de Relações Exteriores do governo de Evo Morales, Diego Pary, declarou que esse era um processo irregular e que a chanceler Karen Longaric buscava beneficiar pessoas próximas a ela. Nesse sentido, o chanceler Mayta declarou que entre as pessoas admitidas em setembro de 2020 estavam parentes de Longaric e de outros membros do governo de Áñez. O atual chanceler também afirmou que, na gestão de Longaric, 83% dos funcionários da Chancelaria e 92% dos funcionários do Serviço Exterior da Bolívia foram despedidos. Em novembro de 2020, após a eleição que resultou no retorno do Movimento ao Socialismo (MAS) ao poder, a regulação sobre a carreira diplomática foi suspensa. Para o vice-chanceler Mamani, a institucionalização da carreira diplomática na Bolívia não era função do governo transitório de Áñez.

Fontes: [El Deber](#), 24/02/2021; [La Razón](#), 24/02/2021; [El Deber](#), 25/02/2021; [El Deber](#), 27/02/2021; [La Razón](#), 02/03/2021.

Bolívia devolve empréstimo milionário ao FMI

No dia 17 de fevereiro, Luis Arce, presidente da Bolívia, anunciou a devolução de crédito milionário ao Fundo Monetário Internacional (FMI). De imediato ao anúncio de Arce, o Banco Central boliviano realizou a devolução. O crédito havia sido concedido em abril de 2020 ao governo que estava sob o comando da presidenta interina Jeanine Áñez. Ainda que, à época, o empréstimo tenha sido comemorado como uma vitória do governo de Áñez, grande parte do valor ficou retido frente à negativa que a Assembleia Plurinacional deu à utilização do mesmo, alegando que faltavam documentos que comprovassem a regularidade do empréstimo. A devolução ao FMI foi no montante de 351 milhões de dólares, dos quais 327 milhões correspondem ao empréstimo em si e os outros 24 milhões são de juros, comissões e variação cambial. Arce afirmou que se tratou de um empréstimo, além de irregular, também oneroso ao Estado boliviano. Tanto Luis Arce quanto Edwin Rojas, presidente do Banco Central da Bolívia, afirmaram que a devolução se deu em defesa da soberania nacional. De acordo com ambos, o empréstimo previa condicionais fiscais, financeiras, cambiais e monetárias, o que contraria a Constituição promulgada em 2009, que proíbe condicionamentos impostos à economia boliviana por parte de instituições estrangeiras. O governo boliviano abriu, também, investigação sobre o processo de negociação e assinatura do empréstimo para averiguar se ocorreram outras irregularidades. A oposição, no entanto, questionou a devolução. Áñez afirmou que o crédito havia sido dado em função da conjuntura crítica da pandemia de Covid-19 e que, portanto, não estaria sujeita a condicionamentos. Além disso, a oposição critica as políticas de controles de preço de produtos ligados à saúde, defendendo a manutenção do livre mercado para a economia boliviana. A devolução vem acompanhada da construção de uma política econômica, com destacado papel do Estado, diferente daquela adotada pelo governo Áñez.

Fontes: [El País](#), 18/02/2021; [El Deber](#), 18/02/2021; [La Razón](#), 19/02/2021.

Contrariando o Executivo, Senado chileno adia a votação de adesão ao TPP-11

No dia 13 de janeiro, veio à tona a decisão do Senado chileno de não iniciar a votação de adesão ao Acordo de Associação Transpacífico (TPP-11), prevista para aquela mesma semana. O presidente Sebastián Piñera havia atribuído caráter de urgência à votação do tratado, visando que ela ocorresse imediatamente. Entretanto, o Senado se recusou a dar seguimento ao processo, afirmando que não há condições políticas para as discussões, tendo em vista as opiniões conflitantes sobre o TPP-11 e dúvidas que ainda precisam ser esclarecidas. O acordo havia sido aprovado na Câmara dos Deputados em 2019 e é uma das grandes apostas do governo de Piñera. Em uma tentativa de ganhar apoio de senadores da oposição, o chanceler do Chile, Andrés Allamand, afirmou que votar contra o acordo é contrariar um dos legados mais importantes do governo de Michelle Bachelet, que na condição de presidente da República, firmou o tratado em 2018. No Congresso, senadores da oposição se dividem entre os que são a favor da aprovação do tratado, mas discordam que seja um tema urgente, como José Miguel Insulza (Partido Socialista do Chile) e o ex-presidente Ricardo Lagos (Partido pela Democracia), e outros que são totalmente contrários à sua aprovação, como Juan Latorre (Revolução Democrática). A decisão do Senado adiar a votação significa uma vitória de parte da sociedade civil chilena que é bastante crítica ao TPP-11.

Fontes: [Diário UChile](#), 08/01/2021; [Bio Bio Chile](#), 09/01/2021; [La Tercera](#), 11/01/2021; [La Tercera](#), 13/01/2021, [El Mostrador](#), 13/01/2021.

Chile se destaca com a quinta maior taxa de vacinação contra a Covid-19 no mundo

Em 28 de fevereiro, o Chile alcançou a taxa de vacinação de 17.58 por 100 habitantes e um total cumulativo de 3.36 milhões de vacinados, colocando-se como o quinto país com melhor taxa de vacinação no mundo. Uma das razões para o sucesso da campanha de vacinação reside no fato do Chile ter agido preventivamente, ao participar de diversos

ensaios clínicos de vacinação e assinar acordos com diferentes fabricantes de vacinas contra a Covid-19. Até agora, o país já garantiu mais de 35 milhões de doses de vacinas, das quais 10 milhões são da empresa americana Pfizer-BioNTech, outras 10 milhões da chinesa Sinovac e o restante da AstraZeneca, da Johnson & Johnson e do consórcio Covax, iniciativa liderada pela OMS para garantir o acesso universal à vacina. O país também foi o primeiro da América do Sul a iniciar a vacinação contra a Covid-19. As autoridades começaram a imunizar os profissionais de saúde da linha de frente em 24 de dezembro, com as doses fornecidas pela Pfizer/BioNTech, às quais se somaram as do laboratório chinês Sinovac na campanha de vacinação em massa que começou no dia 3 de fevereiro. O Chile também possui uma sólida rede primária de atendimento, por meio da qual já são realizadas outras campanhas anuais de vacinação, principalmente por intermédio de uma articulação do governo federal com os governos municipais.

Fontes: [O Globo](#), 12/01/2021; [Época Negócios](#), 21/02/2021; [La Nación](#), 23/02/2021; [OurWorldinData](#), 28/02/2021.

Medidas legislativas compõem o debate sobre direitos reprodutivos na América Latina

Em 13 de janeiro, no Chile, parlamentares iniciaram as discussões para a ampliação e legalização do aborto no país. Inspirados pela mobilização das mulheres argentinas, membros da Comissão de Mulheres e de Equidade de Gênero da Câmara dos Deputados e de movimentos feministas, buscam modificar a legislação de 2017. Ao contrário de Alberto Fernández, o presidente do Chile, Sebastián Piñera, não parece favorável à questão. Esta resistência é encontrada também em outros países. Em 21 de janeiro, deputados hondurenos aprovaram uma lei, através de emenda à Constituição, que proíbe a realização de abortos no país. A medida foi nomeada como “escudo contra o aborto em Honduras” e obteve grande respaldo de setores conservadores. Com essa medida, Honduras se soma a um pequeno grupo de países na América Latina, composto por Haiti, Suriname, Nicarágua, República Dominicana e El Salvador, que proíbe totalmente a interrupção voluntária da gravidez, em muitos

casos, criminalizando o ato. O sistema hondurenho continua penalizando mulheres ao negar-lhes o direito de decidir. Em 1º de fevereiro, foi divulgado que entre 50.000 e 80.000 abortos clandestinos ocorrem anualmente em Honduras, de acordo com a ONG Women's Rights Center.

Fontes: [Carta Capital](#), 13/01/2021; [El Universal](#), 21/01/2021; [CNN Brasil](#), 01/02/2021.

Os desafios do Mercosul no acordo com a União Europeia e a proposta de flexibilização

As discussões sobre a ratificação do acordo entre o Mercosul e a União Europeia entraram em compasso de espera, sobretudo em função da agenda de meio-ambiente. O acordo, que levou 20 anos em negociações e foi assinado em 2019, aguarda aprovação pelo Parlamento Europeu e a ratificação pelo poder legislativo de todos os Estados-membros dos dois blocos. No dia 3 de fevereiro, o governo francês explicitou que não ratificará o acordo dentro dos termos atuais e que espera garantias tangíveis sobre a proteção do meio ambiente e normas sanitárias por parte dos países sul-americanos. Indicou também que será elaborado um documento paralelo com condicionantes ambientais para a ratificação. A posição francesa foi mal recebida pelo chanceler brasileiro, Ernesto Araújo e gerou preocupação nos governos uruguaio e paraguaio, que visam o mercado europeu para seus produtos agropecuários. No dia 11 de fevereiro, um grupo de 65 eurodeputados encaminhou à presidência do Parlamento Europeu um pedido para a suspensão do processo de ratificação e a reabertura das negociações. Em alguns países europeus, como Áustria, Holanda e Bélgica, observou-se uma diminuição da aprovação doméstica ao acordo e o recuo no processo de ratificação. No início de março, o chanceler brasileiro voltou atrás e mostrou abertura ao documento proposto pelo governo francês. Em paralelo, Jair Bolsonaro e Lacalle Pou abriram discussões para flexibilizar as negociações extra-bloco dos países do Mercosul, o que reverteria a decisão conjunta que impede a assinatura de acordos comerciais unilaterais. Em reunião, realizada em 3 de fevereiro, os presidentes brasileiro e uruguaio propuseram negociar em março a repactuação das regras do bloco e permitir as

negociações individuais dos países com parceiros fora do bloco. No dia 17 de fevereiro o presidente paraguaio, Mario Abdo Benítez, em comunicado conjunto com Lacalle Pou, também manifestou ter interesse na proposta de flexibilização.

Fontes: [Estadão](#), 03/02/2021; [Veja](#), 04/02/2021; [O Globo](#), 09/02/2021; [Deutsche Welle](#), 11/02/2021; [Folha de S. Paulo](#), 17/02/2021; [Valor Econômico](#), 03/03/2021.

A cepa do coronavírus e seus impactos para a política externa da África do Sul

Nos meses de janeiro e fevereiro, a África do Sul enfrentou desafios domésticos, regionais e internacionais por conta da nova cepa do coronavírus identificada em seu território. Devido à mutação do vírus, voos que tenham origem no país foram proibidos em boa parte dos destinos internacionais. As fronteiras terrestres também foram fechadas pelo governo sul-africano, o que impactou os fluxos migratórios, o comércio na região e, ponto fundamental, a segurança alimentar de vizinhos que dependem dos produtos alimentícios da África do Sul. O governo moçambicano criticou a medida por sua administração não ter sido previamente informada. Uma vez que testes clínicos apontaram que a vacina da Aztrazeneca demonstrou pouca eficiência contra essa variante do vírus, o governo sul-africano negocia a devolução de um milhão de doses compradas junto ao Instituto Serum da Índia. A campanha de vacinação começou em fevereiro no país com a aplicação da vacina do laboratório Johnson & Johnson. Diante da crise, a diplomacia sul-africana buscou ser mais proativa nos debates que ocorreram sobre a pandemia em foros multilaterais. Em encontro virtual da Organização Mundial de Comércio, a África do Sul defendeu a quebra das patentes das vacinas, a fim de facilitar a imunização de mais pessoas em menos tempo e, com isso, salvar vidas. Essa posição contrastou com a brasileira, que se alinhou aos Estados Unidos, União Europeia e Japão no bloqueio à proposta. Movimentos sociais sul-africanos protestaram contra o Brasil, único país emergente que foi desfavorável à suspensão das patentes, uma posição de radical ruptura com a tradição diplomática brasileira, uma vez que o

Brasil havia sido muito importante nas discussões sobre o licenciamento compulsório de fármacos no combate à HIV. Já no Fórum Econômico Mundial realizado virtualmente, o presidente sul-africano, Cyril Ramaphosa, fez um contundente discurso de denúncia da desigualdade mundial no acesso às vacinas, criticando a sua concentração em países desenvolvidos.

Fontes: [Al Jazeera](#), 13/01/2021; [Deutsche Welle](#), 18/01/2021; [Terra](#), 26/01/2021; [Timeslive](#), 09/02/2021; [Reuters](#), 16/02/2021; [UOL](#), 23/02/2021.

Diplomacia de vacinas como instrumento geopolítico da Índia e da China

Em 16 de janeiro, o governo indiano começou a vacinar sua população contra o novo coronavírus e, simultaneamente, enviou milhões de doses de seus imunizantes priorizando países no sul da Ásia - seguindo os critérios da política de “Vizinhos Primeiro” - bem como para Arábia Saudita, África do Sul, Brasil e Marrocos. Em seguida, foram feitas remessas para Bangladesh, Butão, Maldivas, Mianmar, Camboja e Afeganistão da vacina Covishield, do laboratório AstraZeneca e da Universidade de Oxford produzida pelo Serum Institute of India, e a Covaxin, da Bharat Biotech e do Conselho de Pesquisa Médica indiano. O Paquistão não está na lista de beneficiários da vacina indiana, porém, o Nepal, que também teve tensões com a Índia nos últimos meses, recebeu o imunizante. A iniciativa indiana de compartilhar as vacinas com outros países, mesmo sendo um dos mais populosos do mundo, transmitiu uma imagem positiva globalmente, servindo como instrumento de inserção política internacional, bem como para conter a influência da China principalmente no sul da Ásia e nos países africanos. Além disso, as autoridades indianas divulgaram que planejavam fornecer as doses também à Mongólia e aos países das ilhas do Pacífico. A Índia, o maior fabricante mundial de vacinas contra diversas doenças, utiliza esta vantagem para fortalecer cada vez mais os laços regionais e procurar neutralizar o domínio político e econômico da China. Por sua vez, a China não somente como uma resposta à Índia, mas como continuidade do que ficou conhecido como sua “diplomacia das máscaras”, reforçou a sua ajuda internacional por

meio de vacinas. O governo chinês ofereceu ao Camboja 1 milhão de doses iniciais, afirmou que doaria 500 mil doses às Filipinas e faria a doação de 300 mil doses ao Egito, Sri Lanka e Mianmar. Além da influência no sudeste asiático e em alguns países da África, a China avança na cooperação com nações da Europa. A Hungria foi o primeiro membro da União Europeia a autorizar a compra do imunizante chinês, Sinopharm, garantindo 5 milhões de doses iniciais. Fora da União Europeia, a Sérvia já realizou a compra de vacinas chinesas, seguida pelo interesse de Montenegro e Macedônia do Norte. No Brasil, a China usou a demanda brasileira por insumos e doses prontas para se contrapor a visões anti-China no seio do governo de Bolsonaro. Desse modo, China e Índia, acompanhados também pela Rússia, com a Sputnik V, apostam na doação de vacinas para se engajarem ainda mais no sistema internacional, focando principalmente na ajuda aos países em desenvolvimento e aproveitando o espaço deixado pelos países desenvolvidos, uma vez que estes estão priorizando a vacinação de seus cidadãos.

Fontes: [IstoÉ](#), 21/01/2021; [Gazeta do Povo](#), 21/01/2021; [The Diplomat](#), 22/01/2021; [The Diplomat](#), 26/01/2021; [CNN](#), 07/02/2021; [Reuters](#), 07/02/2021; [NY Times](#), 11/02/2021; [WSJ](#), 13/02/2021.

Missão da OMS sobre a origem do Sars-Cov-2 na China conclui seus trabalhos

No dia 6 de janeiro, chegou ao fim a missão da Organização Mundial da Saúde (OMS) destinada a averiguar a origem do novo coronavírus em território chinês. A China afirmou que houve um mal-entendido sobre as datas acordadas para a visita. Enquanto a OMS entendia que a missão deveria durar mais alguns dias, o governo chinês entendeu que o prazo da missão já teria expirado. No dia 14 de janeiro, a equipe composta por 17 cientistas internacionais, coordenada por Peter Ben Embarek, iniciou a missão e entrou em quarentena por 14 dias em um hotel, na cidade de Wuhan. Segundo o diretor regional para a Europa da OMS, Hans Kluge, a equipe utilizou esses primeiros dias em isolamento para trocar informações com os colegas chineses e avaliou estas duas primeiras semanas como produtivas. Desse modo, o objetivo inicial da missão destinou-se a encontrar a origem

animal do coronavírus Sars-CoV-2 e identificar por meio de quais canais ele foi transmitido aos seres humanos. No dia 16 de fevereiro, a missão chegou ao fim e a OMS afirmou que foi acordado entre a equipe de especialistas internacionais e a equipe chinesa a realização de um relatório final, além de enfatizar que a missão não se destinava a encontrar supostas irregularidades da China. Michael Ryan, diretor executivo do programa de emergências de saúde da OMS, acrescentou que a missão foi concebida como um esforço colaborativo com a China e alertou para a dificuldade de se encontrar um consenso completo a respeito da origem do vírus, reforçando a necessidade de estudos mais longos. Sendo assim, os experts afirmaram que a possibilidade do Sars-Cov-2 ter-se originado em um laboratório em Wuhan, local do epicentro da doença, é extremamente improvável e que os cenários mais prováveis são de que o vírus se espalhou de animais no mercado de frutos do mar de Huanan ou a partir de morcegos.

Fontes: [The Guardian](#), 06/01/2021; [Deutsche Welle](#), 28/01/2021; [SCMP](#), 16/02/2021; [Xinhua](#), 16/02/2021.

Acusações contra o governo chinês por Xinjiang gera reações

Novas acusações de violações de direitos humanos contra a população uigur na província de Xinjiang vêm sendo apresentadas pela mídia britânica e acolhidas pelos governos do Reino Unido, Canadá, Austrália e Países Baixos. Após matéria difundida pela BBC, proibições de importações foram impostas pelo Reino Unido e Canadá contra produtos de Xinjiang. Zhao Lijian, porta-voz da chancelaria chinesa exigiu que ambos os países revertessem as decisões, evitando interferir em assuntos domésticos da China. Em 12 de janeiro, o embaixador chinês no Reino Unido, Liu Xiaoming, defendeu seu governo, apresentando os indicadores socioeconômicos de Xinjiang como evidência de que as acusações ao governo chinês são uma farsa. No dia 8 de fevereiro, Wang Wenbin, outro porta-voz do Ministério de Relações Exteriores, acusou a existência de uma conspiração anti-China. No dia 11 de fevereiro, a BBC foi retirada do ar na China pelo o que o governo do país chamou de violação de conteúdo. A sanção é uma retaliação pelas recorrentes reportagens que acusam o governo de manter campos de concentração. Em 20 de fevereiro,

foi a vez do chanceler chinês criticar as notícias e a postura da comunidade internacional e defender que as provas sobre genocídio e trabalho forçado foram forçadas. Os Parlamentos do Canadá e dos Países Baixos aprovaram moções não-vinculativas contra a China, respectivamente nos dias 22 e 25 de fevereiro, sob a acusação de genocídio contra a população uigur. A Embaixada chinesa em Haia manifestou desprezo formal contra as medidas e acusou os países de interferirem deliberadamente na política local, defendendo que entre 2010 e 2018 a população uigur apresentou crescimento demográfico de 25% e viu a expectativa de vida crescer de 30 para 72 anos desde a Revolução Comunista, fatos que desmentiriam a hipótese de genocídio. Em 25 de fevereiro, a proposta de embargo a produtos provenientes de Xinjiang também foi apresentada no Parlamento australiano.

Fontes: [Xinhua](#), 13/01/2021, [Embaixada Chinesa em Londres](#), 13/01/2021; [Embaixada Chinesa em Haia](#), 26/01/2021; [Global Times](#), 08/02/2021; [Xinhua](#), 09/02/2021; [Xinhua](#), 12/02/2021; [Xinhua](#), 20/02/2021; [South China Morning Post](#), 25/02/2021; [CNN](#), 26/02/2021.

Taiwan é pivô de novas animosidades entre o governo chinês e os EUA

O mês de janeiro foi marcado por novas tensões nas relações China-EUA envolvendo Taiwan. No fim de 2020, o governo estadunidense moveu dois destroieres pelo estreito de Taiwan, gerando reações da porta-voz do Ministério de Relações Exteriores da China, Hua Chunying, que acusou os EUA de conduzirem uma diplomacia coercitiva contra possíveis parceiros da tecnologia 5G, fomentarem o separatismo de Taiwan e bloquearem o desenvolvimento chinês. No dia 8 de janeiro, os porta-vozes Tan Kefei, do Ministério da Defesa da China, e Zhu Fenglian, do Departamento dos Assuntos de Taiwan do Conselho de Estado deste mesmo país, fizeram críticas ao diálogo político-militar do governo de Taiwan e dos EUA e solicitaram que a autoridade do Partido Progressista Democrático cessasse definitivamente o intercâmbio oficial com as Forças Armadas estadunidenses. Outro atrito ocorrido foi o anúncio da visita de Kelly Craft, representante permanente dos EUA na ONU, a Taiwan entre os dias 13 e 15 de janeiro. Sob críticas do governo chinês, o Departamento de

Estado cancelou a viagem de Craft, que realizou por meio digital as reuniões previstas com a governante de Taiwan, Tsai Ing-wen, onde defendeu o fim da exclusão da ilha dos fóruns globais oficiais. Em vídeo de 14 de janeiro, a embaixadora afirmou a estudantes taiwaneses que Taiwan é um modelo para o mundo, o que gerou mais controvérsias na relação China-EUA. A mudança do governo estadunidense, ocorrida em 20 de janeiro com a posse do democrata Joe Biden, não foi suficiente para arrefecer os ânimos. Apesar de Biden formalmente reconhecer o princípio de “Uma Só China”, a congratulação da embaixada estadunidense em Georgetown à iniciativa do governo de Taiwan e da Guiana negociarem a troca de escritórios diplomáticos e o retorno de patrulhas do destróier USS John S. McCain pelo estreito de Taiwan seguem fomentando desconfiança no governo chinês.

Fontes: [Xinhua](#), 05/01/2021; [Xinhua](#), 08/01/2021; [Xinhua](#), 08/01/2021; [South China Morning Post](#), 14/01/2021; [Xinhua](#), 15/01/2021; [South China Morning Post](#), 04/02/2021; [South China Morning Post](#), 04/02/2021.

China publica livro branco da cooperação internacional e amplia presença na África

No início de janeiro, a China publicou um documento oficial intitulado Cooperação Internacional para o Desenvolvimento da China na Nova Era. A instituição responsável pela publicação é o Departamento de Comunicação do Conselho de Estado. O texto apresenta um balanço das atividades chinesas e traz os planos para a área nos próximos anos, baseados na Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. De acordo com o documento, a China tem priorizado parcerias com Estados de menor desenvolvimento relativo da Ásia e da África e com países em desenvolvimento que participam da Belt and Road Initiative (BRI), a qual ampliou atuação chinesa nas áreas de infraestrutura, comércio, conectividade financeira e comunicação interpessoal. Entre 2013 e 2018, a China destinou cerca de US\$ 41,8 bilhões para cooperação internacional e, enquanto muitos países estão cortando orçamentos em decorrência da pandemia de coronavírus, o livro branco indica que a China expandirá seus

financiamentos. O documento reforça a narrativa de solidariedade e responsabilidade chinesas nas relações internacionais, bem como a prioridade oferecida às necessidades dos países do Sul. Ainda em janeiro, o ministro das Relações Exteriores Wang Yi realizou viagem à África com visitas à Nigéria, à República Democrática do Congo, a Botsuana, à Tanzânia e a Seicheles. Na Nigéria, foram firmados acordos de apoio à industrialização e desenvolvimento, economia digital, economia verde, bem como nas áreas militar e de segurança. Na República Democrática do Congo, foi assinado um Memorando de Entendimento para cooperação no âmbito do BRI, também em infraestrutura. Na Tanzânia, Wang fechou acordo de cooperação na área ferroviária. Os países africanos, por sua vez, afirmaram a importância das iniciativas e reforçaram as boas-vindas às empresas chinesas que queiram se instalar nos países. A visita de Wang é a continuação de uma tradição diplomática da China, que se mantém há 31 anos, segundo a qual o ministro das Relações Exteriores escolhe os países africanos como destino de sua primeira visita do ano ao exterior. O lançamento do livro branco e a viagem do ministro reforçam o compromisso do país com a cooperação e ajudam a consolidar a institucionalização da agenda no âmbito administrativo do Estado chinês.

Fontes: [Xinhua](#), 06/01/2021; [Ecnis](#), 07/01/2021; [CGTN](#), 09/01/2021; [Devex.com](#), 13/01/2021; [The Citizen](#), 14/01/2021.

Protestos contra golpe de Estado em Myanmar terminam com mortos e feridos

No dia 1º de fevereiro, militares de Myanmar realizaram um golpe de Estado contra a recém-eleita presidenta civil, Aung San Suu Kyi, do partido Liga Nacional pela Democracia (NLD). As Forças Armadas do país apoiaram a oposição, que alegou fraudes durante a eleição. O chefe das Forças Armadas, Min Aung Hlaing, assumiu o poder, estabelecendo um estado de emergência. A reação da população foi de protestos em massa, que superaram os de 2007 da Revolução Açafrão, quando milhares de budistas se organizaram contra o regime militar da época. Restrições contra os protestos

foram impostas e forças policiais e do Exército têm usado de medidas extremamente violentas contra os manifestantes, desde canhões de água e balas de borracha até uso de armas de fogo. No dia 28 de fevereiro, o Exército abriu fogo contra manifestações em Dawei, Mandalay e Rangún. Segundo as Nações Unidas, 18 pessoas foram mortas e mais de 30 ficaram feridas. Grupos ativistas afirmam que os números são consideravelmente maiores. Segundo a Associação de Assistência a Prisioneiros Políticos (AAPP), ao longo de fevereiro, 1132 pessoas foram presas, condenadas e sentenciadas, sendo que cerca de 1000 foram presas no dia 28. Dentre os presos estão estudantes, professores, profissionais da área médica e jornalistas. A presidente eleita Suu Kyi se encontra em prisão domiciliar, acusada de violar restrições da Covid-19 durante as eleições e publicar informações que causariam medo ou pânico. Outros membros do NLD também foram detidos.

Fontes: [Telesur](#), 28/02/2021; [CNN](#), 01/03/2021, [BBC](#), 01/03/2021.

Conselho de Segurança e o golpe em Myanmar

Em 2 de fevereiro, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) realizou uma reunião de urgência, a portas fechadas, para abordar o golpe militar em Myanmar. Durante a reunião, os 15 membros do Conselho assistiram à apresentação do relatório sobre a situação no país por parte da enviada da ONU para Myanmar, a suíça Christine Schraner Burgener, e apresentaram suas posições sobre o tema. O debate foi marcado por uma forte polarização entre os Estados com assento permanente – e, portanto, com poder de veto no Conselho de Segurança. Enquanto os Estados Unidos e os europeus condenaram claramente o golpe, Rússia e China evitaram declarações mais fortes e disseram estar confiantes em uma resolução da crise. Ao final da reunião, a proposta inicial de comunicado do Conselho de Segurança, redigido pelo Reino Unido, que condenava o golpe, precisou ser alterada para ter o apoio da China e da Rússia. Em que pese as divergências apontadas, o Conselho foi capaz de aprovar por unanimidade o pedido de libertação imediata da Nobel da Paz e líder de Myanmar, Aung San Suu Kyi, e dos demais presos após o golpe

militar no país. O governo brasileiro emitiu uma nota afirmando que espera um rápido retorno do país à normalidade democrática e de preservação do estado de direito. Por sua vez, o secretário geral da ONU, António Guterres, prometeu mobilizar pressão internacional suficiente sobre os militares de Myanmar para garantir que o golpe fracasse. Em declarações, a Anistia Internacional e a Human Rights Watch apelaram para que o Conselho de Segurança tome posicionamentos mais firmes.

Fontes: [Estado de Minas](#), 02/02/2021; [UOL](#), 02/02/2021; [Gazeta do Povo](#), 03/02/2021; [O Globo](#), 04/02/2021.

Mudanças climáticas no Conselho de Segurança da ONU

Em 23 de fevereiro, o Conselho de Segurança da ONU organizou uma reunião, a pedido do Reino Unido, que exercia a presidência do órgão, para debater o impacto das mudanças climáticas na segurança internacional. O evento virtual contou com a presença do primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, do secretário-geral da ONU, António Guterres, dos presidentes da França, Emanuel Macron, da Tunísia, Kaïs Saïed, do Quênia, Uhuru Kenyatta, e do enviado estadunidense para as mudanças climáticas, John Kerry. A reunião foi marcada por simbolismos, pois representou um marco do avanço da securitização da agenda climática na ONU e ocorreu logo após os EUA retornarem formalmente ao acordo de Paris. Além disso, essa reunião representou uma mudança no posicionamento histórico chinês em relação à adequação do Conselho de Segurança para tratar da agenda climática. Nesta oportunidade, a China não se opôs à realização da reunião, isolando a Rússia, que tem resistência histórica à securitização da agenda climática, como o único membro do Conselho de Segurança a se posicionar contrariamente à realização da reunião. Durante a sessão, o primeiro-ministro britânico convocou o órgão a agir para solucionar a questão das mudanças climáticas, as quais, segundo ele, são uma ameaça para a segurança coletiva. O presidente francês chegou a propor a nomeação de um enviado especial da ONU para a segurança climática visando priorizar a agenda no interior da organização. Em uma linha bastante

parecida, posicionaram-se o secretário-geral da ONU, o presidente do Quênia e os representantes dos EUA, do Níger, da Índia, do México e da Alemanha. De modo mais moderado, o representante chinês afirmou que desenvolvimento sustentável era a chave para resolver todos os problemas e eliminar a causa dos conflitos, mas que a cooperação internacional sobre o clima deve ser tratada no âmbito da Convenção Internacional da ONU sobre o clima. Em oposição a proposta, o representante russo afirmou que a Rússia compartilha a ideia de que falta produzir uma resposta rápida às mudanças climáticas, mas isso deve ser feito de forma regional e no âmbito de mecanismos onde é tratada por cientistas e profissionais.

Fontes: [G1](#), 21/02/2021; [UOL](#), 23/02/2021; [IstoÉ](#), 23/02/2021; [ClimaInfo](#), 23/02/2021.

ONU denuncia violações de direitos humanos da população LGBTI+ no Irã

No dia 11 de janeiro o relator especial das Nações Unidas para o Irã, Javaid Rehman, enviou à Assembleia Geral das Nações Unidas relatório sobre a situação dos direitos humanos na República Islâmica do Irã, e demonstrou preocupação com a população LGBTI+ no país. Rehman lamenta que indivíduos que se identificam como LGBTI+ vivenciem violações de direitos humanos e discriminação generalizada, em que se destaca a designação desta parcela da população como subhumanos e doentes. O relator destacou ainda que barreiras substanciais ainda são impostas à população LGBTI+ no acesso ao sistema de saúde iraniano. Neste sentido, destaca-se que a não conformidade de gênero e atração por pessoas do mesmo sexo ensejam a classificação de pessoas LGBTI+ como pessoas sujeitas a cura por meio de terapias reparativas ou cirurgias de redesignação sexual. O relator especial ainda demonstrou particular preocupação com a denúncia de que crianças LGBTI+ estariam sendo submetidas a choques elétricos e administração de hormônios e forte medicação psicoativa. Por esta razão, o ativista LGBTI+ britânico, Peter Tatchell, pediu para que o Irã seja expulso de associações médicas internacionais e conferências por conta da violação aos direitos humanos, afirmando que os tratamentos dados aos LGBTs pelo país se assemelham ao tratamento nazista e de outros regimes fascistas. O temor de Rehman é o

de que essas práticas estariam ocorrendo desde 2016 e são, além de extremamente violentas e danosas, focadas na política de estabelecer uma suposta cura gay.

Fontes: [United Nations](#), 11/01/2021; [Pink News](#), 12/02/2021; [Observatório G](#), 14/02/2021; [RadioFreeEurope Radio Liberty](#), 15/02/2021.

Prisão estudantes LGBTI+ na Turquia gera protestos contra atitudes e falas LGBTfóbicas do governo Erdogan

No dia 30 de janeiro, quatro estudantes foram presos na Turquia por conta de uma pintura que retratava a Kaaba (o lugar mais sagrado do islã) com um arco-íris. Desde então, o panorama do cenário turco em relação aos direitos para a população LGBTI+, que já não era favorável, foi se tornando mais hostil. Em 2 de fevereiro, o clube onde a pintura foi exibida foi fechado. O presidente Recep Tayyip Erdogan, dirigiu-se à população LGBTI+ em Ancara de forma preconceituosa ao elogiar a ala jovem do seu partido AK por levar a história gloriosa desta nação e não ser juventude LGBT. Nesse contexto, o ministro do Interior, Soluyman Soylu, designou alguns dos estudantes que protestavam como pervertidos LGBT. Falas e posicionamentos governamentais abertamente LGBTifóbicos vem sendo replicados no país desde julho de 2020, quando Erdogan teria afirmado que ativistas LGBTI+ estariam doutrinando a juventude contra a moral e os bons valores, e tal militância colocaria em risco os valores nacionais e espirituais da Turquia. Desde então, protestos têm acontecido no país em retaliação à onda de LGBTifobia advinda dos setores governamentais, e têm sido enfrentados pela polícia de forma violenta.

Fontes: [BBC](#), 02/02/2021; [Aljazeera](#), 04/02/2021; [Daily Mail](#), 04/02/2021; [Deutsche Welle](#), 04/02/2021.

Crise de Covid-19 aumenta a desigualdade de gênero global e gera problema demográfico grave

A pandemia do coronavírus reduziu empregos principalmente nas áreas de hotelaria, lazer, cuidados pessoais e serviços sanitários, postos geralmente ocupados por mulheres. Em Israel, desde o início da

crise, 56% das mulheres perderam seus empregos. Além do trabalho formal, o trabalho doméstico remunerado, impossível de ser feito de maneira remota, também apresentou uma queda de mais de 40%, sobretudo em países como Chile, Colômbia e Costa Rica, impactando principalmente na vida de mulheres que somam 91,5% dos trabalhadores nesse setor. O aumento do desemprego e da desigualdade econômica fez com que parte dos economistas definisse o período como “shecession” – combinação de “she” (ela, em inglês) com “recession” (recessão, em inglês), em contraposição ao “mancession”, recessão financeira de 2008. Na Venezuela, a crise econômica de 2015 foi agravada com a pandemia e atualmente o salário mínimo no país é US\$1,5. O Estado perdeu a capacidade de fornecer anticoncepcionais à população e com o preço dos métodos contraceptivos até 25 vezes mais caros que o salário mínimo, a consequência foi que mulheres estão tendo mais filhos do que gostariam ou dos que são capazes de sustentar, levando o país a enfrentar um problema demográfico. Por sua vez, este problema pode gerar um ciclo de pobreza, que levará muitos anos para ser rompido. Além disso, com o elevado custo dos métodos contraceptivos e difícil acesso aos profissionais de saúde, muitas mulheres recorreram ao aborto que, além de ser ilegal, pode custar suas vidas. A saída apontada por economistas para a recuperação econômica é justamente acabar com a desigualdade de gênero. O Grupo de Consultores de Boston (Boston Consulting Group) afirma que se homens e mulheres tivessem o mesmo nível de empreendimento na economia haveria um aumento do PIB de 3% a 6%, e a economia seria impulsionada de US\$ 2,5 trilhões para US\$ 5 trilhões. De maneira complementar, PwC acredita que romper com as desigualdades salariais entre homens e mulheres poderia somar 2 bilhões à economia.

Fontes: [El País](#), 23/01/2021; [Página12](#), 15/02/2021; [The New York Times](#), 20/02/2021.

Governos implementam ações contra discriminação e violência de gênero

Em 13 de fevereiro, o governo da Argentina anunciou novas ações para a criação do Conselho Federal para a Abordagem de Feminicídios, Travesticídios e Transfeminicídios. O país, que vem se tornando uma

referência na agenda de gênero, busca comprometer-se no combate à violência contra mulheres cis e transgênero. Segundo comunicado emitido pela Casa Rosada, o objetivo do Conselho é desenvolver um âmbito de coordenação interinstitucional que garanta uma abordagem integral, eficaz e articulada entre os entes federativos. Na Colômbia, em 25 de fevereiro, a Corte de Justiça eliminou trecho do artigo 108 do Código de Trabalho que delimitava atividades exercidas por mulheres nos locais de trabalho. Segundo a Corte, a legislação anterior, fundamentada na década de 1950 em concepções paternalistas e patriarcais, era um empecilho ao pleno desenvolvimento das mulheres no âmbito laboral e um instrumento favorável à desigualdade e discriminação de gênero. Segundo a Secretaria da Mulher de Bogotá, os efeitos da discriminação de mulheres no trabalho contribuem para uma menor qualidade de vida, maior precariedade, maiores taxas de desemprego e baixas remunerações, além de alta informalidade e feminização da pobreza.

Fontes: [Casa Rosada](#), 13/02/2021; [El Herald](#), 25/02/2021; [El Espectador](#), 25/02/2021.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

